

Audição do Senhor Secretário de Estado da Energia após o Conselho da União Europeia (Transportes, Telecomunicações e Energia) de 24 de Novembro de 2011

Notas de apoio à audição

1. Enquadramento

A audição do Senhor Secretário de Estado da Energia, em reunião conjunta entre as Comissões de Economia e Obras Públicas e de Assuntos Europeus, foi solicitada com vista à realização de uma audição após o Conselho TTE, cuja agenda teve especial enfoque na energia.

Esta audição, a realizar-se nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, apenas não cumpre o requisito da realização na semana após o respectivo Conselho devido ao dificuldades de agenda originadas pelo calendário de aprovação do Orçamento do Estado para 2012.

2. Conselho TTE de 24 de Novembro

O Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia reuniu no passado dia 24 de Novembro, com uma Ordem do Dia dedicada à Energia.

Relativamente aos pontos constantes da referida Ordem do Dia em matéria de deliberações legislativas, segue abaixo uma breve nota sobre o acompanhamento efectuado pela Assembleia da República sobre esta matéria, bem como uma síntese, extraída das conclusões do Conselho, dos principais resultados da reunião:

- **Ponto de situação sobre a Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à eficiência energética e que revoga as Directivas 2004/8/CE e 2006/32/CE**

A iniciativa COM(2011)370 foi seleccionada pela Assembleia da República para escrutínio reforçado em 2011, o que não foi cabalmente concretizado. A Comissão de Economia e Obras Públicas e, posteriormente, a Comissão de Assuntos Europeus, emitiram um [parecer](#), enviado para as instituições europeias, no âmbito do qual se realçou a importância de a Assembleia da República “continuar a acompanhar os desenvolvimentos referentes a medidas propostas pela União para este sector, em sede da Comissão parlamentar competente em razão da matéria”.

As conclusões do Conselho apontam para um apoio à proposta e a medidas adicionais com vista à eficiência energética, mas foi também realçada a importância de os Estados-Membros terem flexibilidade para aplicar as melhores medidas custo-eficiência, consistentes com a legislação existente e com o respeito pelo princípio da subsidiariedade. Será necessário aprofundar a análise dos seguintes tópicos: públicos-alvo de eficiência energética, organismos públicos, compras por organismos públicos, esquemas de eficiência energética obrigatória, auditorias energéticas e sistemas de gestão energética, promoção da eficiência no aquecimento e arrefecimento, entre outros.

- **Apresentação, pela Comissão Europeia, da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a segurança das actividades de prospecção, pesquisa e produção offshore de petróleo e gás**

A iniciativa COM(2011)688 está neste momento em fase de escrutínio na Comissão de Economia e Obras Públicas, tendo sido distribuída ao Grupo Parlamentar Ecologista “Os Verdes”.

As conclusões do Conselho dão conta da apresentação feita pela Comissão Europeia, e dos seus objectivos.

- **Apresentação, pela Comissão Europeia, e primeira troca de opiniões, quanto à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às orientações para as infra-estruturas energéticas transeuropeias e que revoga a Decisão n.º 1364/2006/CE (Deliberação legislativa)**

A iniciativa COM(2011)658 está neste momento em fase de escrutínio na Comissão de Economia e Obras Públicas, tendo sido distribuída ao Senhor Deputado Paulo Campos (PS).

As conclusões do Conselho dão conta da apresentação feita pela Comissão Europeia, na sequência do mandato conferido pelo Conselho Europeu de Fevereiro de 2011. Das conclusões é feita referência expressa ao Mecanismo Interligar a Europa, proposto pela Comissão Europeia para o próximo Quadro Financeiro Plurianual.